

Diário do Nordeste – 04/11/2009

Cobrança indevida deve ser avaliada hoje

Link: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=687047>

Guto Castro Neto

Olho: Especialista defende que empresas não embolsaram excesso de reajuste e diz que erro foi na previsão de crescimento do mercado

Está agendada para as 16 horas de hoje a reunião entre os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, da Fazenda, Guido Mantega, e diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hübner, para discutir soluções para o erro na forma de cálculo dos reajustes das tarifas do serviço.

Desde a semana passada, o governo demonstra intenção de consertar o equívoco que provoca a arrecadação, sem necessidade de R\$ 1 bilhão, através das cobranças de energia pagas pelos consumidores. As assessorias de imprensa dos órgãos confirmam a marcação da reunião, mas não garantem a data e o horário do encontro.

A cobrança indevida faz os consumidores pagarem a mais nos encargos setoriais embutidos na tarifa, que financiam o programa Luz para Todos e o custeio da compra de combustível para usinas termelétricas do Norte do País. De acordo com o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o reajuste destes tributos considera o crescimento do mercado.

"Não podemos falar em erro. A previsão deste crescimento, realizada pelo governo, é que foi menor do que de fato aconteceu. É incorreto afirmar que as concessionárias embolsam este dinheiro porque a agência reguladora limita os recursos das companhias", argumentou Sales.

Sobre a reunião marcada para hoje, o presidente do Acende Brasil diz acreditar que os órgãos vão fazer prevalecer a qualidade regulatória do serviço. "Há vários mecanismos de regulação do serviço e este é apenas um. O Estado e o governo garantem, através das leis e da regulação, que a qualidade e as tarifas do fornecimento de energia seja adequado", comentou.

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou o erro na metodologia de reajuste de tarifas em 2008, quando recebeu do Congresso Nacional a tarefa de promover uma auditoria nas companhias de energia elétrica.

Desde 2002, ocorre a falha no reajuste, ou seja, já são R\$ 7 bilhões que os consumidores pararam a mais pelo serviço, que nem sempre é oferecido na qualidade desejada.

Na reunião de hoje, deve ser avaliado o mecanismo de compensação presente na portaria nº 25 do Ministério de Minas e Energia (MME) assim como uma forma de reverter a falha através de modificações nas normas regulatórias. Oficialmente, nenhum dos órgãos fala em ressarcimento do valor excedente aos consumidores.

Cumprir determinação

A Companhia Energética do Ceará (Coelce) informou, ainda na semana passada, que apesar do que foi decidido na reunião de hoje em Brasília, está disposta a cumprir qualquer determinação da Aneel sobre o problema do reajuste das tarifas da conta de energia. As demais distribuidoras admitem participar das discussões, mas defendem que a forma como se dará o ressarcimento deve ser apresentada pela Agência.